

MARIADITA
JAGUARIÚNA

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS
URBANOS E RURAIS

- HABITE-SE
- INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO
- CAR - CCIR - INCRA

(19) 99215-4852

(19) 99184-6967

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça) agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaau obrigado!!



GANHO DE CAPITAL? LUCRO IMOBILIÁRIO?

Antes de falarmos sobre planejamento patrimonial, holdings familiares ou mesmo a venda de um imóvel, é essencial compreender um conceito que frequentemente gera dúvidas: o ganho de capital, também conhecido como lucro imobiliário. Trata-se de um tema que pode impactar significativamente o valor líquido recebido pelo proprietário após uma negociação.

O ganho de capital ocorre quando um imóvel é vendido por um valor superior ao seu custo de aquisição. Em outras palavras, representa o lucro obtido na operação. A legislação tributária brasileira considera esse acréscimo patrimonial como fato gerador de imposto, razão pela qual, em regra, há incidência de Imposto de Renda sobre esse lucro.

Imagine que uma pessoa adquiriu um imóvel por R\$ 300.000,00 e, alguns anos depois, o vendeu por R\$ 800.000,00. Em uma análise simplificada, o ganho de capital seria de R\$ 500.000,00, valor que servirá de base para o cálculo do imposto, observadas as deduções, atualizações permitidas e eventuais benefícios fiscais previstos na legislação.

É importante destacar que o ganho de capital não é calculado apenas pela diferença entre o preço de compra e o preço de venda. Em muitos casos, podem ser acrescidos ao custo de aquisição determinados gastos devidamente comprovados, como reformas, ampliações, despesas cartorárias, corretagem, benfeitorias e outros investimentos realizados no imóvel, desde que atendam aos requisitos legais. Esses valores reduzem o lucro tributável e, consequentemente, o imposto devido.

Outro aspecto relevante é que existem hipóteses legais de isenção do Imposto de Renda sobre o ganho de capital. Entre as mais conhecidas está a venda do único imóvel residencial de pequeno valor, observados os limites legais, bem como a utilização do valor obtido na venda de um imó-

vel residencial para aquisição de outro imóvel residencial dentro do prazo estabelecido pela legislação. Cada situação, entretanto, exige uma análise criteriosa para verificar o efetivo preenchimento dos requisitos legais.

Esse tema ganha especial importância no planejamento patrimonial e sucessório. Em operações envolvendo holdings familiares, por exemplo, o ganho de capital pode surgir na integralização de imóveis ao capital social da empresa, especialmente quando o bem é transferido por valor superior ao constante na declaração de Imposto de Renda do proprietário. Nesses casos, a diferença entre o valor declarado e o valor atribuído ao imóvel poderá caracterizar ganho de capital tributável.

Por essa razão, a escolha do valor de integralização dos bens em uma holding deve ser precedida de cuidadoso planejamento jurídico e tributário. Nem sempre utilizar o valor de mercado é a alternativa mais vantajosa, assim como nem sempre manter o valor histórico será a solução ideal. A decisão depende dos objetivos da família, da estratégia patrimonial adotada e dos reflexos fiscais futuros.

Em síntese, o ganho de capital representa o lucro obtido na alienação de um imóvel e pode gerar significativa incidência tributária.

Conhecer as regras de cálculo, as hipóteses de isenção e os impactos nas operações patrimoniais é indispensável para evitar custos desnecessários e realizar um planejamento eficiente. Com orientação especializada, é possível estruturar operações de forma segura, preservando o patrimônio familiar e reduzindo riscos fiscais dentro dos limites estabelecidos pela legislação.

Dr. Caius Godoy, Advogado e Presidente da Comissão de Cultura, Mídia e Entretenimento da OAB Jaguariúna, e-mail: caius.godoy@adv.oabsp.org.br

Segundo semestre concentra maior emissão de brotações e aumenta risco de avanço do greening nos pomares de citros



Fundecitrus alerta que período entre julho e outubro favorece a multiplicação do psilídeo, inseto transmissor da doença, e reforça a importância do controle preventivo

O segundo semestre marca um dos períodos mais críticos para o manejo do greening nos pomares de citros. De acordo com o Fundecitrus, entre os meses de julho e outubro ocorre a principal emissão de brotações das plantas, que pode representar de 50% a 80% do total anual, dependendo da região.

Com a chegada das chuvas, o desenvolvimento dessas novas brotações se intensifica, criando condições ideais para a multiplicação do psilídeo, inseto responsável pela transmissão do greening, considerada a doença mais destrutiva da citricultura mundial.

Os dados da plataforma Alerta Psilídeo, desenvolvida pelo Fundecitrus, mostram que, na primeira quinzena de julho, o número de brotações aumentou 50% em comparação com a quinzena anterior em

todo o cinturão citrícola.

No mesmo período, as armadilhas da plataforma registraram crescimento de 86% na captura do psilídeo em relação à quinzena anterior.

Segundo o Fundecitrus, nessa época do ano a incidência do inseto pode ser quase três vezes maior que a média anual.

O engenheiro-agrônomo do Fundecitrus, Arthur Tomaseto, explica que as brotações recém-formadas são o principal alvo do psilídeo, tornando esse momento decisivo para impedir novas infecções da doença.

“É fundamental intensificar as medidas de controle, especialmente as pulverizações, até que as folhas atinjam um estágio de desenvolvimento em que se tornem menos atrativas ao inseto”, orienta o especialista.

O Fundecitrus reforça que o monitoramento constante dos pomares e a adoção das medidas recomendadas são essenciais para reduzir a disseminação do greening e preservar a produtividade da citricultura.

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



SUPER EL NIÑO

O Centro de Previsão Climática (CPC) dos Estados Unidos elevou para 81% a probabilidade de o El Niño atingir a categoria “muito forte” entre outubro e dezembro de 2026. Conhecido como Super El Niño, o fenômeno pode figurar entre os mais intensos desde 1950. A previsão indica impactos importantes sobre o clima no Brasil, com chuvas acima da média na Região Sul e precipitações abaixo do normal nas regiões Norte e Nordeste.

ACORDO MERCOSUL-SINGAPURA

Entrou em vigor dia 1º/8, o acordo comercial entre o Mercosul e Singapura, que elimina ou reduz gradualmente tarifas de importação entre o bloco sul-americano e o país asiático. Com a medida, todas as exportações brasileiras destinadas ao mercado singapurense passam a contar com tarifa zero. O tratado também estabelece regras comuns para facilitar o comércio, amplia o acesso ao setor de serviços, incentiva investimentos e traz, pela primeira vez em um acordo do Mercosul com um parceiro externo.

MERCOSUL E COREIA DO SUL

Brasil e Coreia do Sul decidiram acelerar as negociações para um acordo comercial entre o país asiático e o Mercosul. O compromisso foi anunciado pelos presidentes das duas nações durante cerimônia realizada nesta segunda-feira, em Brasília. A estratégia faz parte do esforço brasileiro para ampliar sua rede de acordos comerciais, tanto de forma bilateral quanto por meio do Mercosul, formado também por Argentina, Paraguai e Uruguai.

CRÉDITO RURAL

O crédito rural atravessa um período de forte pressão.

A combinação de preços baixos, aumento dos custos de produção e perdas provocadas por eventos climáticos elevou significativamente a inadimplência no campo. Segundo estimativa do Banco Central referente a maio, mais de R\$ 202 bilhões da carteira de crédito rural estavam classificados como ativos problemáticos, incluindo operações em atraso, inadimplentes, prorrogadas ou renegociadas.

FRUTAS E HORTALIÇAS

O setor hortigranjeiro movimentou 16,6 milhões de toneladas em

2025, gerando R\$ 68,7 bilhões em comercializações. Os dados foram divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e integram o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort). O levantamento analisou as operações realizadas por 54 Centrais de Abastecimento (Ceasas), avaliando o desempenho dos segmentos de frutas e hortaliças e o comportamento do mercado ao longo do ano.

RADAR MACROECONÔMICO

A economia brasileira deve crescer de forma moderada em 2026, mas continuará enfrentando desafios relacionados ao equilíbrio fiscal e ao controle da inflação. A avaliação faz parte do relatório Radar Macroeconômico, elaborado pelo Departamento Técnico e Econômico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesps). Segundo o Relatório Focus, a expectativa é de crescimento de 1,97% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

SUÍNOS/CEPEA

Os preços das carnes suína e bovina recuaram em julho, na comparação com a média de junho, segundo levantamento do Cepea. A maior queda foi registrada na carne bovina, enquanto o frango resfriado manteve preços praticamente estáveis. Com esse movimento, a carne suína ganhou competitividade em relação ao frango, mas perdeu espaço frente à bovina. De acordo com pesquisadores do Cepea, a pressão sobre as cotações da carcaça especial suína foi causada pelo excesso de oferta diante da demanda no atacado da Grande São Paulo.

VALE DO PARAÍBA

A APTA Regional, vinculada à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), participou do 9º Workshop sobre Políticas Públicas de Plantas Medicinais, Aromáticas e Fitoterapia no Estado de São Paulo, considerado o maior evento do segmento no Vale do Paraíba.

O encontro reuniu mais de 30 palestrantes e instituições de referência e foi realizado entre os dias 20 e 22 de agosto de 2026, na unidade de pesquisa de Pindamonhangaba (SP). (Com informações de assessorias e IA)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

Safra de café mantém bom desempenho, mas El Niño acende alerta para 2027, aponta Fórum Técnico da Cooxupé



A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé realizou, no dia 29 de julho, o 8º Fórum Café e Clima, em Guaxupé (MG). O encontro reuniu especialistas para apresentar uma análise das condições meteorológicas registradas ao longo do último ciclo agrícola, seus reflexos sobre a safra 2026/2027 e as perspectivas climáticas para a produção de café em 2027, marcada pela influência de um El Niño de forte intensidade.

“Além da análise das condições climáticas e das projeções para as próximas safras, os palestrantes compartilharam orientações técnicas para apoiar os cooperados no planejamento das atividades cafezeiras, na tomada de decisões e na mitigação de riscos ao longo do ciclo produtivo”, destacou o presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo.

Area de atuação da cooperativa cafeeira

O coordenador do Departamento de Geoprocessamento da Cooxupé, Guilherme Vinicius Teixeira, apresentou uma análise das condições climáticas ao longo do ciclo produtivo e seus reflexos sobre a safra 2026/2027, na área de atuação da cooperativa. Segundo ele, o atraso no desenvolvimento vegetativo, iniciado em 2024, reduziu o potencial produtivo das lavouras e afastou a expectativa de uma supersafra. “A safra é considerada boa, com rendimentos dentro da média histórica, mas não se trata de uma supersafra, pois a capacidade produtiva foi comprometida ainda no início do ciclo”, afirmou.

O especialista explicou que o desenvolvimento vegetativo foi considerado médio, com formação de 12 a 13 internódios, seguido por três floradas mais expressivas, que resultaram em uma maturação e colheita menos uniforme. Entre janeiro e março, os elevados volumes de chuva dificultaram os tratos culturais, favoreceram a incidência de pragas e doenças e atrasaram o manejo nutricional e fitossanitário. Já entre abril e julho, as condições climáticas aceleraram a maturação dos frutos em um primeiro momento e, posteriormente, atrasaram a colheita, aumentaram os desafios no pós-colheita e favoreceram a queda de folhas e frutos.

Segundo Guilherme Teixeira, as precipitações mais recentes e as amplitudes térmicas também comprometeram a sincronização das gemas, o que pode antecipar e multiplicar as floradas da próxima safra. “Embora as lavouras apresentem atualmente entre 14 e 15 internódios, esse cenário não garante uma supersafra em 2027. As áreas com carga média e baixa foram as mais afetadas pelas chuvas da fase final do ciclo e pela maior produção de etileno, exigindo acompanhamento técnico e manejo adequado para preservar o potencial produtivo das próximas safras”, considerou.

El Niño forte deve marcar o ciclo 2026/2027

O agrometeorologista e sócio-fundador da Rural Clima, Marco Antônio dos Santos, confirmou que a safra 2026/2027 será influenciada por um El Niño de forte intensidade, com potencial para figurar entre os três mais intensos registrados nos últimos 76 anos. Segundo ele, o fenômeno deverá provocar temperaturas elevadas durante o fim do inverno, a primavera de 2026 e o verão de 2027,

além de períodos pontuais de estiagem. “O El Niño está confirmado e deverá ser um dos três maiores já registrados na série histórica. Teremos temperaturas muito elevadas ao longo da primavera e do verão”, relatou.

Apesar do cenário de calor acima da média, Marco Antônio destacou que as regiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais e a Média Mogiana paulista deverão registrar chuvas relativamente regulares, favorecendo o desenvolvimento das lavouras. Já o Cerrado Mineiro deve concentrar os maiores impactos do fenômeno, com possibilidade de períodos secos durante a segunda metade da primavera (novembro/dezembro) e ao longo do verão.

O especialista ressaltou, no entanto, que um dos principais pontos de atenção será o comportamento das floradas. O inverno mais úmido e o início da primavera com maior frequência de chuvas podem favorecer a ocorrência de múltiplas floradas, aumentando o desafio para o manejo das lavouras. “A preocupação maior é com as várias floradas, que podem ocorrer em função do inverno mais úmido e do início da primavera chuvoso”, ponderou.

Mitigação dos riscos: planejamento e manejo antecipado

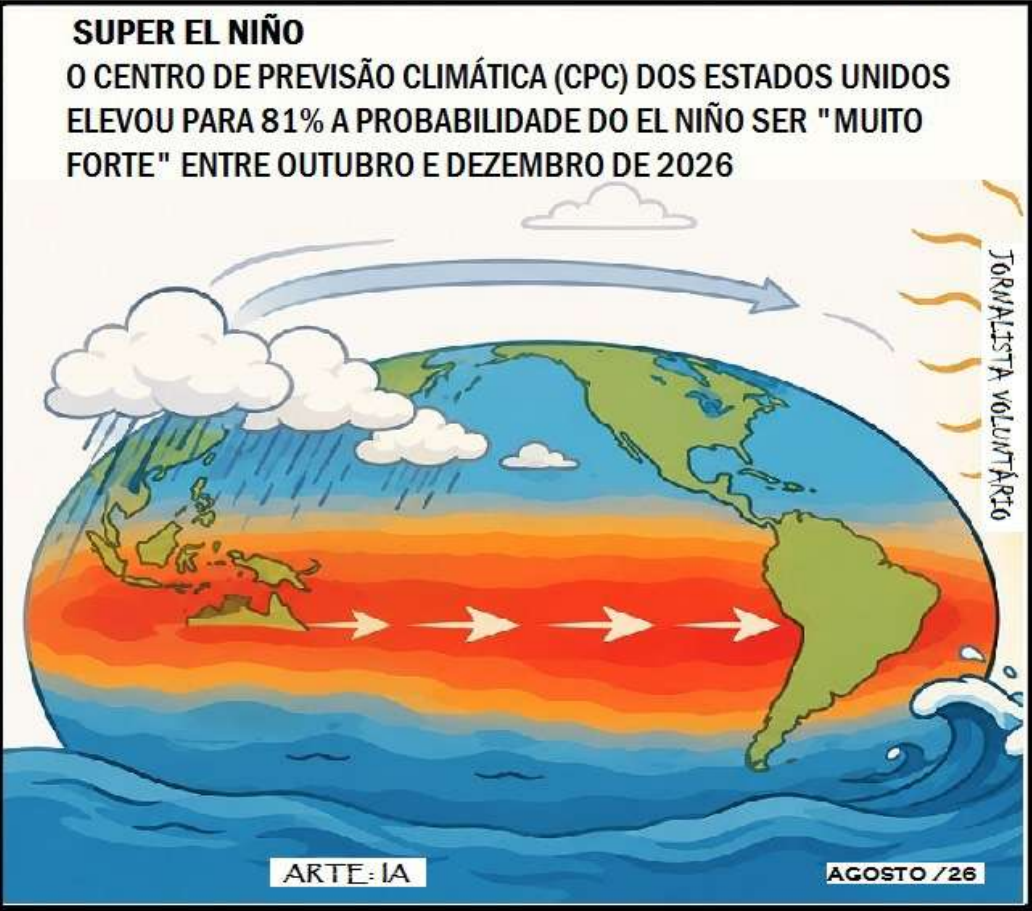
O professor doutor em fisiologia vegetal, José Donizeti Alves, da Universidade Federal de Lavras (UFLA), destacou que, embora o El Niño previsto para o ciclo 2026/2027 represente um desafio para a cafeicultura, seus efeitos podem ser minimizados com planejamento e adoção de tecnologias adequadas. Segundo ele, o período pós-colheita é decisivo para preparar as lavouras para as próximas floradas e preservar o potencial produtivo diante de um cenário climático mais adverso. “O El Niño será forte, mas não é invencível. Hoje existem tecnologias capazes de amenizar seus efeitos. O risco maior é quando o produtor deixa de planejar e executar as práticas necessárias”, analisou.

Entre as principais recomendações, Donizeti ressaltou a importância de antecipar os tratos culturais, com atenção especial ao manejo fitossanitário, à adubação e ao uso de bioestimulantes. Para ele, essas práticas fortalecem as plantas, aumentam sua capacidade de enfrentar os estresses climáticos e criam condições mais favoráveis para a emissão e o desenvolvimento das floradas. “Todo planejamento precisa começar agora, na fase pós-colheita. É nesse momento que o produtor prepara a lavoura para enfrentar os desafios do próximo ciclo”, declarou.

O pesquisador também destacou o papel do sistema radicular na resiliência das lavouras. Com base em observações realizadas durante o El Niño de 2024, ele afirmou que cafeeiros com raízes profundas apresentaram maior capacidade de suportar longos períodos sem chuva, mantendo o desenvolvimento da planta mesmo em condições de sequeiro. “Uma lavoura com sistema radicular bem desenvolvido consegue acessar água e nutrientes em maiores profundidades, tornando-se mais resistente aos períodos de estiagem. Quando raízes e parte aérea se fortalecem mutuamente, a planta ganha capacidade para enfrentar os estresses climáticos e preservar seu potencial produtivo”, concluiu.

AGRO CARTOON

PICAZO



Na produção de cabotiá, florada não é sinônimo de colheita



Na produção de abóbora cabotiá, uma florada abundante pode gerar boas expectativas, mas não garante, sozinha, uma colheita rentável. O resultado depende de os frutos vingarem, desenvolverem-se com uniformidade e manterem qualidade até a comercialização.

De acordo com o engenheiro agrônomo e especialista em cucurbitáceas Rafael Zamboni, avaliar somente a quantidade de flores ou o potencial produtivo de um material pode não ser suficiente para antecipar o resultado do cultivo.

Por isso, a escolha do híbrido deve considerar o conjunto de características da planta, e não apenas um atributo isolado.

“Falhas no pegamento reduzem o

número de frutos por planta e podem tornar a produção mais irregular. Mesmo depois da frutificação, oscilações climáticas e desequilíbrios no desenvolvimento da planta podem afetar o padrão das abóboras e aumentar o descarte”, alerta.

Nesse processo, a atuação das abelhas é fundamental para o pegamento e a formação dos frutos, já que a transferência do pólen entre as flores permite que a frutificação ocorra adequadamente.

Além de favorecer a presença desses insetos no campo, o produtor pode utilizar cultivares polinizadoras para aumentar a disponibilidade de flores masculinas na lavoura.

Um exemplo é a moranga Exposição, da TSV Sementes, que pode ser plantada



como material polinizador em cultivos de abóboras do tipo Tetsukabuto, grupo ao qual pertence a cabotiá.

Regularidade do campo à comercialização

A confiabilidade de um híbrido não está relacionada apenas ao potencial produtivo, mas à combinação de características que contribuam para o desempenho da lavoura e para a manutenção do padrão comercial dos frutos.

A abóbora Furusato F1, da linha TSV Sementes, reúne rusticidade, vigor, pegamento, uniformidade, cobertura foliar, polpa espessa e características favoráveis à conservação pós-colheita. A cobertura da planta, por exemplo, ajuda a proteger os frutos da exposição direta ao sol, en-

quanto a uniformidade facilita a colheita e a comercialização.

“O produtor de abóbora toma decisões muitos meses antes de saber como estarão o clima, a colheita e o mercado. Trabalhar com um material conhecido pela estabilidade não elimina os riscos próprios da atividade, mas oferece uma base mais segura para o manejo e para a obtenção de frutos com padrão comercial”, conclui Rafael Zamboni.

Da florada ao pegamento, da proteção dos frutos no campo ao transporte, cada etapa influencia quanto da produção chegará ao comprador com qualidade. Para o produtor, a regularidade contribui para reduzir perdas, ampliar o aproveitamento comercial da lavoura e dar maior previsibilidade à atividade.

PREFEITURA ABRE INSCRIÇÕES PARA CURSO GRATUITO DE PROCESSAMENTO DE FRUTAS E LEGUMES



A Prefeitura de Santo Antônio de Posse, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, está com inscrições abertas para o curso gratuito de Processamento de Frutas e Legumes, oferecendo uma nova oportunidade de qualificação profissional para moradores que desejam aprender novas técnicas, ampliar seus conhecimentos e criar alternativas de geração de renda.

A capacitação será realizada nos dias 13, 14 e 15 de agosto, das 8h às 17h, no Centro Múltiplo do Idoso, lo-

calizado na Rua Prefeito Pedro Ferreira Alves, nº 254. Durante os três dias de curso, os participantes terão acesso a aulas teóricas e práticas sobre seleção, higienização, corte, conservação e embalagem de frutas e legumes, aprendendo técnicas que podem ser aplicadas tanto no consumo doméstico quanto na produção para comercialização.

Pensando no conforto dos participantes, a Prefeitura também oferecerá café da manhã e almoço gratuitos, servidos no próprio local da capacitação.

Ao todo, estão disponíveis 12 vagas, que serão preenchidas por ordem de inscrição. As inscrições devem ser realizadas presencialmente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, localizada na Rua Santo Antônio, nº 376, Centro, mediante apresentação de um documento oficial com foto. Para a Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Silvana Pinck Cortez, investir em qualificação é investir nas pessoas.

“Nosso objetivo é oferecer oportunidades para que os moradores possam aprender

uma nova atividade, desenvolver habilidades e até mesmo transformar esse conhecimento em uma fonte de renda. Além disso, buscamos proporcionar um ambiente acolhedor para todos os participantes, por isso também ofereceremos café da manhã e almoço durante os dias de curso”, destacou.

A Prefeitura de Santo Antônio de Posse segue ampliando as ações de capacitação profissional, incentivando o desenvolvimento pessoal, a autonomia e a geração de novas oportunidades para a população.

FESTA DO MORANGO DE SOCORRO (SP) UNE TRADIÇÃO E TURISMO RURAL



Evento terá exposição de produtos, concurso dos melhores doces de morango, concurso do melhor fruto, presença das Moranguetes e muita programação cultural

A tradicional Festa do Morango da Estância Turística de Socorro @festa.domorango.ofc já tem data marcada: de 07 a 16 de agosto, das 14h às 23h, na Praça do Fórum.

Organizado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER) com o apoio da Prefeitura Municipal, o evento integra a programação da Festa de Agosto, que celebra o aniversário da cidade (09/08) e o dia da padroeira, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (15/08).

O público poderá saborear o melhor da gastronomia local, com uma variedade de doces, tortas e bebidas à base de morango produzida por agricultores da região.

A programação conta ainda com o concurso do melhor prato criado e com a presença das Moranguetes.

Muito mais do que uma celebração culinária, a Festa do Morango é um patrimônio cultural que conecta gastronomia, arte, artesanato e música.

O evento valoriza a agricultura familiar, fortalece o comércio local, atrai turistas e homenageia as famílias rurais que construíram essa história de dedicação e impulsiona o turismo, preservando as tradições construídas ao longo de gerações.

Vale a viagem – Gastronomia e vivências no campo

Rodeada por montanhas da Serra da Mantiqueira e por uma rica beleza natural, a Estância Turística de Socorro, no Circuito das Águas Paulista, é um destino encantador para quem busca uma experiência de turismo rural em diversas propriedades rurais que podem ser visitadas.

Essas propriedades proporcionam uma autêntica vivência no campo.

Entre as experiências oferecidas, os visitantes podem colher morangos diretamente do pé,

participar da ordenha, praticar pesca esportiva e fazer visitas guiadas aos cafezais, além de desfrutar de degustações exclusivas de queijos, cachaça e uma saborosa imersão ao mundo dos vinhos.

Destaques do Turismo Rural em Socorro:

Uma das propriedades que podem ser visitadas mediante agendamento para conhecer a produção do morango orgânico é a @serravitaoficial (Sítio Boa Esperança), onde também tem geleias e outras delícias.

O local proporciona ao visitante a experiência de colher a fruta do pé. Além dos morangos, Socorro (SP) possui uma diversidade de propriedades rurais que oferecem uma verdade imersão à vida no campo, confira:

Alambique Pioneira @alambiquepioneira: Um espaço aberto para visitantes conhecerem o processo de produção da cachaça Cachaçaria Santo Mé @cachacariasantome: Um misto de restaurante e empório, o local possui mais de 50 tipos de cachaças.

Empório Nono Alpi @emporiononoalpi: Um charmoso misto de rancho, empório e alambique, onde os visitantes podem acompanhar de perto o processo de produção de cachaças artesanais e degustar queijos e doces típicos da fazenda. Fazenda 7 Senhoras @7senhorasspeciality: Centenária fazenda de café onde é possível fazer uma visita guiada entre os cafezais, conhecer todo processo; da colheita à benfeitoria, além de degustação de café com barista.

Hotel Dona Paschoalina @hoteldonapaschoalina: primeiro hotel que proporciona aos visitantes uma experiência entre os parceiros e a natureza do entorno com degustação de vinhos no meio dos vinhedos.

Pesqueiro Pitauá @pitauacentrodelaizer: Um local que reúne restaurante, área de lazer e pesqueiro para a prática de pesca e esportiva e muito conhecido pela tilápia à parmegiana. Rancho Pompeia @rancho_pompeia: O destino perfeito para quem busca um bucólico café da manhã de fazenda aos finais de semana, com pães e doces produzidos de forma artesanal.

CASTANHA-DA-AMAZÔNIA PRODUZIDA POR INDÍGENAS RECEBE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS



Foto: Joze Medeiros

Pesquisa e comunidade atuam juntas no desenvolvimento e na articulação de soluções tecnológicas para agregar valor à cadeia produtiva da castanha-da-amazônia. A castanha-da-amazônia foi produzida por povos da Terra Indígena Rio Branco, em Rondônia (RO), na safra 2025/2026. Resultado é fruto de parceria público-privada entre uma empresa e uma cooperativa, no âmbito do projeto NewCast, coordenado pela Embrapa. Além do valor comercial da castanha, o acordo proporcionou pagamento adicional de 20% à organização indígena, como reconhecimento pelos serviços ambientais prestados. A tecnologia de boas práticas para a produção de castanha-da-amazônia, recomendada pela Embrapa, contribuiu para a qualidade do produto. A experiência mostra como pesquisa, conhecimento tradicional, organização social e mercado podem gerar mais valor à floresta em pé. A castanha-da-amazônia produzida por povos indígenas da Terra Indígena Rio Branco, em Rondônia (RO), foi comercializada na safra 2025/2026 com pagamento por serviços ambientais (PSA). Pela primeira vez, a produção recebeu remuneração adicional pelo papel das comunidades na conservação da floresta, na proteção da biodiversidade e na manutenção dos ecossistemas. O resultado é fruto da parceria entre a empresa Castanhas Ouro Verde Importação e Exportação Ltda. e a Cooperativa dos Povos Indígenas do Rio Branco (Coopirb), construída no âmbito do projeto “Novas soluções tecnológicas e ferramentas para agregação de valor à cadeia produtiva da castanha-da-amazônia (NewCast)”, coordenado pela Embrapa.

Segundo a pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente (SP) e coordenadora do NewCast, Patrícia da Costa, o projeto atua no desenvolvimento e na

articulação de soluções tecnológicas para agregar valor à cadeia produtiva da castanha-da-amazônia. “A experiência demonstra que a integração entre tecnologia, organização social e mecanismos de valorização econômica é essencial para fortalecer as organizações locais e reconhecer os serviços ambientais prestados pelas comunidades que conservam a floresta”, destaca. A União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafe) também apoiou as negociações junto à empresa Castanhas Ouro Verde, contribuindo para fortalecer o diálogo comercial e a representação da cooperativa indígena no processo de comercialização. Boas práticas agregam qualidade e reduzem perdas. A adoção da tecnologia de Boas Práticas para a produção de castanha-da-amazônia, recomendada pela Embrapa contribuiu para a qualidade do produto comercializado. Ela orienta os produtores quanto a cuidados desde a coleta até o transporte, lavagem, seleção, pré-secagem e armazenamento das castanhas, contribuindo para reduzir perdas e evitar contaminações.

Segundo o extrativista indígena Dalton Tupari, a aplicação das boas práticas foi decisiva para a valorização da produção e a negociação com a empresa compradora. “Essas recomendações nos ajudam ao longo de todo o processo, desde a coleta até a entrega do produto. É um diferencial e mais porque agrega qualidade à castanha, que já tem como vantagem o fato de estar associada à conservação da floresta”, afirma Dalton.

Nesta safra, por meio da Coopirb, foram comercializadas cerca de sete toneladas de castanha-da-amazônia, com pagamento adicional relacionado ao PSA. Para Tupari, o retorno econômico reforça a importância do trabalho realizado pelas comunidades indígenas. “É uma valorização

do nosso trabalho. Nós coletamos, preservamos a natureza e recebemos um valor diferenciado por isso. Isso mostra que conservar a floresta também gera renda para as famílias”, enfatiza.

Tecnologia, mercado e conservação. Para a pesquisadora da Embrapa Rondônia (RO) Lúcia Wadt, o resultado demonstra a importância da integração entre pesquisa, conhecimento tradicional, organização social e mercado. “Desde 2015, a Embrapa vem apoiando os povos Tupari e Aruá da Terra Indígena Rio Branco com a tecnologia de Boas Práticas para a produção da castanha-da-amazônia, especialmente por meio de projetos que fazem parte do Pacto das Águas e mais recentemente, do NewCast. Na safra 2025/2026, colhemos os frutos desse trabalho, com a valorização do produto pela qualidade e pelo serviço ambiental prestado pelas comunidades”, frisa.

O contrato entre a Castanhas Ouro Verde e a Coopirb envolve comunidades indígenas de diferentes etnias em uma área de cerca de 236 mil hectares. Além do valor comercial da castanha, o acordo prevê pagamento adicional de 20% destinado à organização indígena, como reconhecimento pelos serviços ambientais prestados pelas comunidades.

Os recursos são geridos coletivamente e podem ser aplicados em ações comunitárias, como infraestrutura, saúde, educação, fortalecimento cultural e melhoria das condições de produção. O modelo contribui para que parte do valor gerado pela cadeia produtiva permaneça nos territórios e beneficie diretamente as famílias extrativistas.

Cooperativismo fortalece acesso a mercados

A experiência reforça o papel estratégico das cooperativas na organização da

produção e na ampliação do acesso a mercados. No caso da Coopirb, a atuação coletiva permite reunir a produção das comunidades, padronizar procedimentos, fortalecer a gestão comercial e ampliar a capacidade de negociação.

A iniciativa também evidencia a importância de compradores comprometidos com práticas sustentáveis e com a valorização da origem dos produtos florestais. Ao reconhecer a qualidade da castanha produzida com boas práticas e remunerar os serviços ambientais associados à conservação da floresta, a empresa Castanhas Ouro Verde contribui para consolidar um modelo de comercialização que integra atividade econômica, inclusão produtiva e conservação ambiental.

NewCast fortalece a cadeia da castanha-da-amazônia

O projeto NewCast atua no desenvolvimento e na articulação de soluções tecnológicas, organizacionais e comerciais para agregar valor à cadeia produtiva da castanha-da-amazônia. A experiência na Terra Indígena Rio Branco demonstra que a combinação entre tecnologia, organização social, cooperativismo, mercado estruturado e pagamento por serviços ambientais pode ampliar a renda das comunidades, reduzir perdas, melhorar a qualidade do produto e valorizar os territórios indígenas da Amazônia.

Com validade para a safra 2025/2026, o acordo entre a empresa Castanhas Ouro Verde e a Coopirb representa um avanço concreto na construção de modelos de negócios sustentáveis para produtos da sociobiodiversidade.

Mais do que comercializar castanha, a iniciativa reconhece o papel dos povos indígenas na conservação da floresta e mostra que produzir com qualidade e preservar a Amazônia podem caminhar juntos.